



Aureliano Chaves



Rui Barreto

Figueiredo decidindo nossa economia. Pedido dos empresários.

Miguel Ângelo Filiage, enviado especial.

Para o empresário brasileiro, não há dúvida: é hora de mudar. Essa foi a grande conclusão detectada no final do III Congresso Nacional das Associações Comerciais, que terminou ontem em Belo Horizonte. Os empresários fizeram um dramático apelo ao presidente da República, para que assuma de uma vez a coordenação da política econômica, "a exemplo do que fez no plano político". Eles querem que Figueiredo "promova as correções necessárias com o menor custo social possível".

Na verdade, os empresários presentes admitiam ontem, no encerramento do congresso, que "foi um dos mais importantes e seguramente o mais reivindicativo encontro de que participaram. Os empresários deixaram de ser omissos e querem participar das decisões econômicas do País". E foi exatamente por isso que o relatório final foi muito aplaudido. Ele indica que "é tempo de dizer um basta às decisões tomadas isoladamente em gabinetes, as quais, longe de propiciar as indispensáveis e urgentes correções, continuam promovendo resultados adversos aos esperados, acumulando sacrifícios quase insuportáveis para todas as classes sociais".

"Liberdade"

O relatório pede também uma definição do sistema econômico que se quer preservar no País. "Ou se contém a expansão estatal ou o Brasil caminhará para o capitalismo de Estado". E defende, como solução para os problemas do Brasil, o caminho da livre empresa, "da liberdade de empreender, da abertura econômica".

E, diretamente ao presidente da República, pede para tomar medidas que considera inadiáveis: renegociação global da dívida externa em termos compatíveis com a realidade brasileira; reordenação da economia no campo interno, através de "ampla e imediata revisão de prioridades e da realocação de recursos em atividades intensivas em mão-de-obra e insumos nacionais"; redução do déficit público através de corte dos gastos de custeio e "controle rígido das despesas e programas das empresas estatais através do Congresso Nacional"; redução "drástica e urgente das taxas de juros para desestimular a especulação financeira estéril e promover a retomada do crescimento da economia"; reforma tributária com uma nova estrutura federativa. Por último, o relatório final "exige a abertura econômica" para se retomar o desenvolvimento.

Mas a principal preocupação que ocupou a maior parte dos debates foi, sem dúvida, o déficit público gerado pelas empresas estatais. Tanto que foi formada uma subcomissão para estudar formas de se controlar aquelas empresas. Os empresários acreditam que o maior culpado pelo índice de inflação, das taxas de juros, da grande capacidade ociosa do parque industrial e o estrangulamento das contas externas é o déficit público que atinge mais de 16% do PIB.

Sugestões

Esta subcomissão propôs, e o plenário aprovou, estas sugestões:

1) Revisão das prioridades dos investimentos das empresas estatais, tendo em vista a maturação de curto prazo dos projetos, a criação de empregos e sua rentabilidade. Nesta revisão seria ouvida a empresa privada através de suas entidades representativas.

2) Rígida contenção do custeio dessas empresas, incluindo a penalização dos responsáveis pela deficiente condução dos negócios da empresa.

3) Instituir uma representação empresarial especializada, sem remuneração, para acompanhar o andamento da gestão.

4) Rígido controle da remuneração do pessoal das empresas estatais, acabando com os privilégios e cargos supérfluos, procurando padrões de produtividade e remuneração global semelhante aos da empresa privada.

5) Os orçamentos de investimento e de custeio das empresas estatais seriam por lei de alçada do Congresso Nacional.

6) Procurar, a médio prazo, através do exame de eficiência de cada uma, intensificar o processo de privatização hoje tímido e lento.

7) A curíssimo prazo mudar a constituição da Secretaria Especial das Empresas Estatais, admitindo-se participação empresarial, que, no mínimo, iria constatar e divulgar os excessos que viessem a ser praticados pela direção das empresas estatais.

Essas sugestões ao governo federal foram incluídas no relatório final da comissão técnica que estudou "a empresa e o momento econômico". Mas outras sugestões foram incluídas no documento. Uma delas, sugerida pelo presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, Francisco Guilherme Gonçalves, depois de ter lido nos jornais de ontem que o City Bank foi indicado para coordenar as negociações da dívida externa do País, através de um grupo a ser formado. O relatório pede que "neste grupo haja representação efetiva do empresariado nacional".

Política

O relatório da comissão política tam-

bém pede ao presidente da República que "leve o programa da democratização às suas últimas consequências". Porque os empresários, "assim como toda a sociedade", reivindicam o direito de serem ouvidos, de participarem e opinarem sobre os assuntos que "são de seu interesse e de sua órbita. Exigem que as decisões sejam tomadas respeitando os processos democráticos, com clara definição de autonomia de poderes e hierarquia que legitima estas decisões".

O relatório político também faz um apelo aos empresários para "ampliar e aprofundar a ação empresarial pois, até o presente momento, as classes produtoras não foram capazes de apresentar-se unidas e coerentes frente ao poder do Estado. Com isso, sujeitam-se a serem tratadas como sócios menores do grande empreendimento que é construir um País moderno, democrático e socialmente aberto".

A comissão técnica que tratou da situação social, na verdade, chegou a conclusões e sugestões parecidas com as demais. O desemprego foi o problema mais largamente analisado. E as sugestões oferecidas é de que uma política de emprego deve ter o objetivo principal de criar condições para que as empresas privadas possam reativar e expandir suas atividades. "Não se pode tolerar medidas que, na atual conjuntura, venham a onerar ainda mais os custos das empresas. Ao contrário, somente com o alívio da enorme carga que sobre elas pesa poderão as empresas retomar o seu ritmo normal de atividades e crescimento. O problema requer claras decisões políticas."

Aliás, a expressão "decisão política" foi uma das mais utilizadas pelos empresários que participaram do congresso. É o que mais reivindicaram do governo. Os presidentes de associações comerciais também nunca participaram de um encontro onde existisse um descontentamento tão unânime contra a política do governo. É por isso que os empresários acreditam que esse congresso obterá grande repercussão, não só na sociedade, mas entre as autoridades econômicas. Mas o congresso não se resumirá nesses dois dias de intensos debates — dizem os empresários. Ele serviu para aglutinar as principais lideranças empresariais (de associações comerciais) de todo o país e elas terão a incumbência de, nas suas regiões, transmitir seus resultados e um apelo ao presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Rui Barreto: "Democracia é pressão. E pressão se faz permanentemente, de forma coesa". É o que pretendem esses empresários: influir nas várias correntes dos partidos políticos "que acreditam na livre iniciativa. É por isso que a Associação Comercial de São Paulo, por exemplo, está investindo firmemente em equipes acadêmicas, para que possamos, através de conhecimento mais aprofundado dos problemas nacionais, ajudar a melhorar o nível dos debates do Congresso Nacional, pois as propostas levadas por nós para o Executivo são simplesmente engavetadas. E todas as entidades empresariais serão envolvidas nessa luta. Se todo mundo bater na mesma tecla a repercussão será grande e o governo terá de tomar uma atitude", diz o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos.

O encerramento do III Congresso contou com as presenças do vice-presidente da República, Aureliano Chaves, o governador Tancredo Neves e o ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, que num longo discurso mostrou que o País está em crise, com uma dívida interna da União que superou os 10 trilhões de cruzeiros e uma dívida externa da ordem de 90 bilhões de dólares.

Aureliano

O vice-presidente Aureliano Chaves foi muito aplaudido ao encerrar o congresso, quando defendeu o fortalecimento da classe média brasileira, através da maior participação nas decisões nacionais dos dirigentes das pequenas e médias empresas.

"Nós devemos recusar a ideia de que somente aqueles que eventualmente estão no topo da administração pública ou com a maior responsabilidade na condução dos negócios do País são os que estão melhor preparados para administrar o dinheiro público", afirmou Aureliano Chaves, ao comentar o relatório final do congresso.

Ele prometeu aos empresários que o documento será objeto de uma análise cuidadosa e "não deve ter o destino das gavetas e das cestas de papéis, porque é uma contribuição de quem está preocupado com o Brasil". Em seu discurso, o vice-presidente ressaltou também que, para que uma sociedade democrática se consolide, é preciso que cuide de sua classe média, através da pequena e média empresa. Segundo ele, sem isso "a estabilidade do processo corre perigo".

No discurso, Aureliano Chaves lembrou que o País atravessa uma "quadra singular e difícil de sua existência, que exige uma ação firme e segura dos que governam e a justa compreensão da sociedade como um todo".

E completou: "Desgraçadas das nações que apenas pudesssem contar com a competência de seus eventuais dirigentes para caminhar firme em busca do progresso".